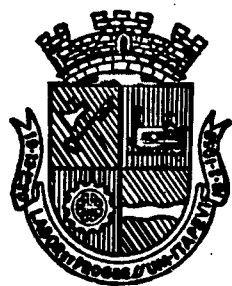


CÂMARA MUNICIPAL



DE ITAPEVI



*Autógrafo
006/94*

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 008/94

PROJETO Nº 008/94

de Lei Complementar

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

Inclui o imposto Predial Urbano na isenção

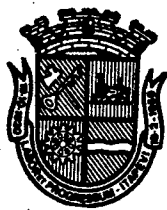
tributária de que trata o inciso VII do

artigo 176 da Lei Orgânica do Município de

de Itapevi, estabelece critérios para obtenção

do benefício e dá providências correlatas.

Arquivado



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 06/94

Itapevi, 14 de março de 1994

Senhor Presidente,

Tem a presente por finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Augusta Câmara, o anexo Projeto de Lei Complementar, versando sobre inclusão do Imposto Predial Urbano na isenção tributária de que trata o inciso VII do artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Itapevi, critérios para obtenção do benefício e providências correlatas.

A propositura se justifica pela necessidade de completar norma contida no inciso VII do artigo 176 da Lei Orgânica do Município que apresenta caráter não auto-executável, de forma a possibilitar o correto desenvolvimento de seu conteúdo, permitindo aplicação.

Ocorre, primordialmente, que a não inclusão no texto do Imposto Predial Urbano gerou não somente dificuldade de compreensão do princípio da norma editada — o interprete do texto legal desconhece se houve ou não clara intenção do legislador de excluir o Imposto Predial Urbano ou, ainda, se houve falha de revisão de texto e consequentemente a exclusão de conteúdo essencial —, como também o entendimento da existência de contrariedade da isonomia esperada, pela diferenciação entre pessoas de idênticas capacidades contributivas.

Necessário esclarecer, também, que o texto legal, quando menciona "... para proprietário de um único imóvel.", deixa mais clara a idéia que a intenção do legislador, **a priori**, era incluir na isenção concedida o Imposto Predial Urbano, já que um imóvel é composto de terreno e respectiva edificação. Caso contrário, o legislador teria definido a isenção para o proprietário de um único terreno, e não imóvel, como fez.

Quanto aos critérios necessários para a obtenção do benefício pelo contribuinte a que se refere a norma legal, de fato não são cabíveis no bojo da Lei Maior do Município. Todavia, a ausência de determinação no sentido que a exequatiedade da norma estivesse condicionada à existência de texto legal complementar, deixou, ao Poder Executivo, a obrigatoriedade de imediata aplicação.

...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Assim sendo, a Administração do Município, hoje, por força do texto legal existente e pela ausência de texto legal complementar, vem executando trabalho desprovido de condições básicas de aplicação, o que torna lento o atendimento ao munícipe, que por vezes é obrigado a retornar para entrega de novos documentos e fornecimento de maiores esclarecimentos.

Outro fator essencial para correto desenvolvimento dos serviços relativos à isenção promovida, é a configuração do prazo máximo para efetivação do pedido junto à Administração, sob pena de manter esta, no decorrer de todo o exercício, profissional capacitado à análise jurídica das informações e documentos apresentados, bem como equipe de apoio, impossibilitando desenvolvam serviços outros de igual importância para os munícipes.

Assim sendo, e na observação que eventual emenda na Lei Orgânica do Município não seria suficiente a proporcionar as condições básicas para real desenvolvimento da norma legal existente, quando permaneceriam ausentes os critérios necessários, bem como observando o disposto no inciso III do artigo 31 da Lei Orgânica do Município, que torna privativa do Prefeito Municipal a iniciativa de lei de conteúdo tributário, a propositura, na forma apresentada, se mostra suficiente e cabível ao aperfeiçoamento e consequente atendimento do princípio básico ditado pela Lei Maior do Município.

Em razão da necessidade de dar conhecimento à população da existência de nova norma em tempo hábil — a Administração pretende já iniciar a entrega dos carnês de IPTU do exercício 1994 —, dou à matéria o caráter de urgência, conforme faculta o disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município, solicitando seja apreciada no menor espaço de tempo possível.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.

RECEBEMOS
15 / 03 / 94

João Carlos Caraméz
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/94

(Inclui o Imposto Predial Urbano na isenção tributária de que trata o inciso VII do artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Itapevi, estabelece critérios para obtenção do benefício e dá providências correlatas)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica compreendido, na isenção de que trata o inciso VII do artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Itapevi, o Imposto Predial Urbano.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício, o contribuinte deverá providenciar, anualmente, por si ou por seu procurador legalmente constituído, até o trigésimo (30º) dia após a data de recebimento da Notificação de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU relativa ao exercício em vigor, a entrega da seguinte documentação:

I — REQUERIMENTO DE ISENÇÃO, obrigatoriamente em conformidade com o modelo constante do Anexo Único, parte integrante desta Lei Complementar, a ser fornecido pela Prefeitura, gratuitamente;

II — DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE DIREITO DE ISENÇÃO, que deverá confirmar o enquadramento do contribuinte em uma das condições de obtenção do benefício, sendo:

a) Comprovante de idade igual ou superior a sessenta e cinco (65) anos à data da solicitação (cópia simples de Cédula de Identidade, Carteira Profissional ou Certidão de Nascimento/Casamento), ou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

b) Comprovante de beneficiário do Instituto Nacional de Seguro Social ou órgão oficial equivalente, como aposentado ou pensionista (cópia simples de do documento comprobatório expedido pelo respectivo órgão, como, a exemplo, a carteira de beneficiário);

III — DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE RENDIMENTO, que deverá comprovar renda mensal total de quantia igual ou inferior a dois (02) Salários Mínimos.

§ 1º O procurador mencionado no caput deste artigo será considerado legalmente constituído quando do respectivo instrumento constar qualificação completa do mandante e do mandatário, finalidade a que se destina e reconhecimento de firma do mandante, sendo retido o original deste no processo.

§ 2º O Requerimento de Isenção, de que trata o inciso I deste artigo, deverá ser obtido junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 405 - Centro, encarregado do recebimento da documentação e orientação ao interessado/solicitante, inclusive para preenchimento do formulário, que poderá ser datilografado ou manuscrito.

Art. 3º Transcorridos sessenta (60) dias da data de entrega da documentação, o Contribuinte, ou seu procurador, deverá retornar ao Setor de Protocolo, para ciência do deferimento/indeferimento do pedido de isenção, devidamente fundamentado.

§ 1º Deferido o pedido, o Setor de Protoloco entregará, ao contribuinte, cópia do instrumento de deferimento respectivo, que servirá de documento comprobatório de isenção, devendo protocolar seu recebimento pelo interessado.

§ 2º Indeferido o pedido, será o contribuinte cientificado, na forma do § 1º deste artigo, devendo o pagamento ser efetuado no prazo de dez (10) dias após a ciência, isento de multa, exceto em caso de dolo comprovado contra a Administração.

§ 3º Do infederimento caberá recurso, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 938, de 27 de dezembro de 1989 - Código Tributário do Município de Itapevi.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º Vencido o prazo à que se refere o **caput** do artigo 3º desta Lei Complementar, o processo permanecerá junto ao Setor de Protocolo pelo período de quinze (15) dias, para ciência do contribuinte interessado, e, após, independentemente da ciência deste, será o processo encaminhado ao Setor de Cadastro, para as providências cabíveis.

Parágrafo Único Os débitos não isentos e não pagos serão cobrados pela Administração, conforme Lei em vigor.

Art. 5º A não efetivação do pedido de isenção no prazo definido no **caput** do artigo 2º desta Lei Complementar importará na extinção do direito de isenção relativo ao exercício fiscal em vigor, por decadência, considerando-se, para tanto, haver decorrido o prazo legal prefixado para seu exercício.

Art. 6º A quitação do débito relativo ao IPTU do exercício fiscal em vigor importará na renúncia do direito de isenção.

Art. 7º O Poder Executivo expedirá Decreto para regulamentar os trâmites administrativos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, no prazo de quinze (15) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 9º A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 18 de março de 1994

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI-SP.

Por intermédio do presente, com fundamento nas disposições contidas no inciso VII da Lei Orgânica do Município de Itapevi, c.c. Lei Complementar Municipal nº ..., de .../.../1994, e Decreto Municipal nº ..., de .../.../1994, venho, mui respeitosamente, solicitar seja analisada a documentação em anexo, para fins de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU relativo ao exercício de _____, incidente sobre o imóvel sito na _____

_____,
cadastrado junto à esta Prefeitura sob nº _____,
_____, de minha propriedade, cuja Notificação de Lançamento foi realizada em ____/____/____.

DECLARO, para fins de concessão da isenção pleiteada, sob as penas da Lei, não ser proprietário, titular de domínio útil ou posseiro, a qualquer título, de outro imóvel no território nacional, bem como não ter outra fonte de renda além da comprovada no documento fornecido.

DECLARO, outrossim, estar ciente que deverei comparecer no Setor de Protocolo da Prefeitura após sessenta (60) dias da data de entrega dos documentos relativos à isenção, para ciência do deferimento do pedido ou, se for o caso, do indeferimento, com a devida fundamentação.

DECLARO, finalmente, que estarei à disposição, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, para qualquer esclarecimento necessário, mediante recebimento de comunicação escrita por parte da Prefeitura, independentemente do prazo previsto para retorno.

Em ____ de _____ de _____.

NOME COMPLETO

ASSINATURA (DO PROCURADOR, SE FOR O CASO)

R.G./C.T.P.S. Nº: _____

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Emenda ao Projeto de Lei nº 008/94

Acrescente-se onde couber o seguinte:-

• **Parágrafo Único:-** "O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, se para fins urbanos deverá ter no máximo 500 (quinhentos) metros quadrados e com destinação rural, no máximo, 2000 (dois mil) metros quadrados."

Comissão I

Dr. Hermógenes José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra. Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão II

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geoné Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 15 de
março de 1.994.-



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e nº 02 ao Projeto de Lei

nº 008/94

Senhor Presidente:-

O presente projeto de Lei inclui o Imposto Predial Urbano na insenção tributária de que trata o inciso VII do Artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Itapevi.

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito a propositura deve ser aprovada com emenda limitando o tamanho do imóvel, para evitar que proprietários de grande áreas sejam também beneficiado.

Dessa forma estamos propondo a presente emenda recomendando aos colegas que votem pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 15 de março de 1.994.-

Comissão I

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão II

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e nº 02 ao Projeto de Lei

nº 008/94

Senhor Presidente:-

O presente projeto de Lei inclui o Imposto Predial Urbano na insenção tributária de que trata o inciso VII do Artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Itapevi.

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito a propositura deve ser aprovada com emenda limitando o tamanho do imóvel, para evitar que proprietários de grande áreas sejam também beneficiado.

Dessa forma estamos propondo a presente emenda recomendando aos colegas que votem pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 15 de março de 1.994.-

Comissão I

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra Maria Ruth Banholzer

Lafajete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão II

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O nº 006/94

(Projeto de Lei Complementar nº 008/94)

(DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

"Inclui o Imposto Urbano na isenção Tributária de que trata o inciso VII do artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Itapevi, estabelece critérios para obtenção do benefício e dá providências correlatas."

Art.1º - Fica compreendido, na isenção de que trata o inciso VII do artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Itapevi, o Imposto Predial Urbano.

Parágrafo Único - "O imóvel de que trata o / 'caput' deste artigo, se para fins urbanos deverá ter no máximo 500 (quinhentos) metros quadrados e com destinação rural, no máximo , / '2000 (dois mil metros quadrados)."

Art.2º - Para fazer jus ao benefício, o contribuinte deverá providenciar, anualmente, por si ou por seu procurador legalmente constituído, até o trigésimo (30º) dia após a data de recebimento da Notificação de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU relativa ao exercício em vigor, a entrega da seguinte documentação:

I - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO, obrigatoriamente em conformidade com o modelo constante do Anexo Único, parte integrante desta Lei Complementar, a ser fornecido pela Prefeitura, gratuitamente;

II - DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE DIREITO DE ISENÇÃO, que deverá confirmar o enquadramento do contribuinte em uma das condições de obtenção do benefício, sendo :

a) Comprovante de idade igual ou superior a sessenta e cinco (65) anos à data da solicitação (cópia simples de Cédula de Identidade, Carteira Profissional ou Certidão de Nascimento/ Casamento), ou



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

b) Comprovante de beneficiário do Instituto Nacional de Seguro Social ou órgão oficial equivalente, como aposentado ou pensionista (cópia simples de documento comprobatório expedido pelo respectivo órgão, como, a exemplo, a carteira de beneficiário);

III — DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE RENDIMENTO, que deverá comprovar renda mensal total de quantia igual ou inferior a dois (02) Salários Mínimos.

§ 1º O procurador mencionado no caput deste artigo será considerado legalmente constituído quando do respectivo instrumento constar qualificação completa do mandante e do mandatário, finalidade a que se destina e reconhecimento de firma do mandante, sendo retido o original deste no processo.

§ 2º O Requerimento de Isenção, de que trata o inciso I deste artigo, deverá ser obtido junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 405 - Centro, encarregado do recebimento da documentação e orientação ao interessado/solicitante, inclusive para preenchimento do formulário, que poderá ser datilografado ou manuscrito.

Art. 3º Transcorridos sessenta (60) dias da data de entrega da documentação, o Contribuinte, ou seu procurador, deverá retornar ao Setor de Protocolo, para ciência do deferimento/indeferimento do pedido de isenção, devidamente fundamentado.

§ 1º Deferido o pedido, o Setor de Protocolo entregará, ao contribuinte, cópia do instrumento de deferimento respectivo, que servirá de documento comprobatório de isenção, devendo protocolar seu recebimento pelo interessado.

§ 2º Indeferido o pedido, será o contribuinte cientificado, na forma do § 1º deste artigo, devendo o pagamento ser efetuado no prazo de dez (10) dias após a ciência, isento de multa, exceto em caso de dolo comprovado contra a Administração.

§ 3º Do indeferimento caberá recurso, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 938, de 27 de dezembro de 1989 - Código Tributário do Município de Itapevi.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º Vencido o prazo a que se refere o caput do artigo 3º desta Lei Complementar, o processo permanecerá junto ao Setor de Protocolo pelo período de quinze (15) dias, para ciência do contribuinte interessado, e, após, independentemente da ciência deste, será o processo encaminhado ao Setor de Cadastro, para as providências cabíveis.

Parágrafo Único Os débitos não isentos e não pagos, serão cobrados pela Administração, conforme Lei em vigor.

Art. 5º A não efetivação do pedido de isenção no prazo definido no caput do artigo 2º desta Lei Complementar importará na extinção do direito de isenção relativo ao exercício fiscal em vigor, por decadência, considerando-se, para tanto, haver decorrido o prazo legal prefixado para seu exercício.

Art. 6º A quitação do débito relativo ao IPTU do exercício fiscal em vigor importará na renúncia do direito de isenção.

Art. 7º O Poder Executivo expedirá Decreto para regulamentar os trâmites administrativos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, no prazo de quinze (15) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 9º A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 16 de março de 1994.-

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA

1ª Secretária

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI-SP.

Por intermédio do presente, com fundamento nas disposições contidas no inciso VII da Lei Orgânica do Município de Itapevi, c.c. Lei Complementar Municipal nº ..., de .../.../1994, e Decreto Municipal nº ..., de .../.../1994, venho, mui respeitosamente, solicitar seja analisada a documentação em anexo, para fins de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU relativo ao exercício de _____, incidente sobre o imóvel sito na _____

_____,
cadastrado junto à esta Prefeitura sob nº _____,
_____, de minha propriedade, cuja Notificação de Lançamento foi realizada em ____/____/____.

DECLARO, para fins de concessão da isenção pleiteada, sob as penas da Lei, não ser proprietário, titular de domínio útil ou posseiro, a qualquer título, de outro imóvel no território nacional, bem como não ter outra fonte de renda além da comprovada no documento fornecido.

DECLARO, outrossim, estar ciente que deverei comparecer no Setor de Protocolo da Prefeitura após sessenta (60) dias da data de entrega dos documentos relativos à isenção, para ciência do deferimento do pedido ou, se for o caso, do indeferimento, com a devida fundamentação.

DECLARO, finalmente, que estarei à disposição, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, para qualquer esclarecimento necessário, mediante recebimento de comunicação escrita por parte da Prefeitura, independentemente do prazo previsto para retorno.

Em ____ de _____ de _____.

NOME COMPLETO

ASSINATURA (DO PROCURADOR, SE FOR O CASO)

R.G./C.T.P.S. Nº: _____

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: _____